

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.340 - SP (2020/0249229-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **DANIEL MOREIRA FIGUEIREDO E OUTRO(S) - SP243192**
AGRAVADO : **BANCO BRADESCO S/A**
ADVOGADO : **ALVIN FIGUEIREDO LEITE - SP178551**
INTERES. : **CARLOS ALBERTO CANDEO**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO** contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO FISCAL
REJEIÇÃO DE OBJEÇÃO DE NÃO EXECUTIVIDADE
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO
EXERCÍCIO DE 2018 ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE
PASSIVA PROCEDÊNCIA COMPROMISSO DE COMPRA
E VENDA DO IMÓVEL COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
EM GARANTIA REGISTRADO EM 2011
TRANSFERÊNCIA DA POSSE DIRETA E DO DOMÍNIO
ÚTIL DO BEM SUJEIÇÃO PASSIVA DOS DEVEDORES
FIDUCIANTES INTELIGÊNCIA DO ESTATUÍDO NO
ARTIGO 34 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL
PRECEDENTES DA CORTE RECURSO PROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a", do permissivo constitucional, concerne à ausência de nulidade da certidão de dívida ativa.

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a", do permissivo constitucional, concerne à legitimidade passiva do agravante.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira e à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É

Superior Tribunal de Justiça

inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "A ausência de expressa indicação de artigos de lei violados inviabiliza o conhecimento do recurso especial, não bastando a mera menção a dispositivos legais ou a narrativa acerca da legislação federal, aplicando-se o disposto na Súmula n. 284 do STF". (AgInt no AREsp n. 1.684.101/MA, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no ARESP n. 1.611.260/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 26/6/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.675.932/PR, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 4/5/2020; AgInt no REsp n. 1.860.286/RO, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg nos EDcl no AREsp n. 1.541.707/MS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 29/6/2020; AgRg no AREsp n. 1.433.038/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 14/8/2020; REsp n. 1.114.407/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe de 18/12/2009; e AgRg no EREsp n. 382.756/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 17/12/2009.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente